



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

335

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO N.º 0292689-0

COMARCA: Recife/PE – 1ª Vara Cível

EMBARGANTE: Sul América Companhia de Seguro Saúde S/A

EMBARGADO: Ermira Maria de Albuquerque

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – ART. 535 DO CPC – AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO – PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA – IMPOSSIBILIDADE – EMBARGOS NÃO ACOLHIDOS.

1. Não tem os aclaratórios a finalidade de substituir o acórdão embargado, nem tampouco corrigir os fundamentos de uma decisão, não se constituindo meio processual idôneo para que a parte demonstre sua discordância com o julgado recorrido.
2. Inocorrente as hipóteses previstas em lei, não há como prosperar o inconformismo, cujo intento é a reforma da decisão embargada.
3. Embargos de declaração não acolhidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, acordam Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar acolhimento ao presente recurso**, tudo nos termos do voto do Relator e

PR



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

336

Notas Taquigráficas, que passam a fazer parte integrante do presente  
aresto.

Recife, 25 de setembro de 2013.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

337

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO N.º 0292689-0

COMARÇA: Recife/PE – 1ª Vara Cível

EMBARGANTE: Sul América Companhia de Seguro Saúde S/A

EMBARGADO: Ermira Maria de Albuquerque

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATÓRIO

RECURSO:

- Trata-se de Embargos de Declaração (fls. 322/327), opostos pela Sul América Seguros, através dos quais alega omissão no julgado para fins de prequestionamento da decisão que negou provimento ao Apelo, mantendo-se a sentença de piso que declarou indevida a negativa de cobertura securitária referente ao tratamento perseguido, condenando a Cia seguradora no valor de R\$ 8.00,00 (oito mil reais) a título de indenização por danos morais.

FUNDAMENTOS DO RECURSO:

- Em seus Embargos, a seguradora alega omissão quanto ao artigo 54 do CDC, o qual autoriza limitações ao direito do consumidor, defendendo a lisura do contrato firmado. Aduz omissões ainda quanto ao disposto nos artigos 927 e 186 do Código Civil, que tratam de matéria atinente ao dever de indenizar. Por fim, requer o prequestionamento das questões e dispositivos legais aduzidos.

PR



338

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

---

Independente de pauta, ponho o feito em mesa para julgamento.

É o Relatório.

Recife, 25 de Setembro de 2013.

  
Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

339

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO N.º 0292689-0

COMARCA: Recife/PE – 1ª Vara Cível

EMBARGANTE: Sul América Companhia de Seguro Saúde S/A

EMBARGADO: Ermira Maria de Albuquerque

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO

Estando presentes os pressupostos processuais necessários à sua admissibilidade, conheço dos embargos.

A ementa do acórdão guerreado, constante às fls. 303/304, dispôs o seguinte:

“EMENTA – APELAÇÃO CÍVEL - PLANOS DE SAÚDE - NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE EXAME MÉDICO – NEGATIVA INJUSTIFICADA DA SEGURADORA – RELAÇÃO DE CONSUMO - APLICAÇÃO DO CDC - CLÁUSULA ABUSIVA - DANOS MORAIS CONFIGURADOS. DEVER DE INDENIZAR. RECURSO IMPROVIDO.

1. Nos termos da Súmula nº 469 do STJ não resta dúvida de que os casos que envolvem Planos de Saúde se coadunam com as regras e se submetem ao Código de Defesa do Consumidor.

2. É nitidamente abusiva a cláusula contratual que limita o custeio de exames solicitados por médicos assistentes, uma vez que as Seguradoras estão obrigadas por lei a cobrir

PR

3



340.

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho**

---

*todos os riscos e custear os tratamentos e procedimentos necessários à preservação da saúde do Segurado.*

*3. A negativa indevida à cobertura médica pleiteada pelo Segurado é causa desencadeadora de danos morais, posto que configurados os abalos psíquicos e sofrimentos imensuráveis.*

*4. O 'quantum' indenizatório arbitrado em R\$ 8.000,00 (oito mil reais), levando-se em consideração as circunstâncias da causa, mormente o efeito pedagógico da medida, além de se mostrar razoável, em hipótese alguma sugere o enriquecimento sem causa do ofendido.*

*5. Recurso a que se nega provimento."*

O art. 535 do CPC é bastante claro ao dispor que cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão. Esse recurso específico não tem, portanto, a finalidade de substituir o acórdão embargado, tampouco corrigir os fundamentos da decisão.

Além do mais, a interpretação de determinado dispositivo pelo julgador, contrariamente à tese defendida pela parte, não dá ensejo aos embargos declaratórios, cujo fim é o de sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão.

Pois bem!

De uma verificação dos fundamentos do recurso e reanálise da decisão embargada, observo que toda a matéria foi devidamente tratada por ocasião do respectivo julgamento, de forma explícita e bem delineada, sendo flagrante a intenção do Embargante em rediscutir a matéria, hipótese esta que não sugere a oposição do presente recurso.

Sobre o assunto, a jurisprudência já se manifestou, *in verbis*:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

341

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO.  
REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. É de negar-se provimento  
aos embargos de declaração que, a pretexto de sanar omissão,  
pretendem na verdade a rediscussão da matéria. (PR  
0021269-97.2010.404.0000, Relator: RÔMULO  
PIZZOLATTI, Data de Julgamento: 18/01/2011, QUINTA  
TURMA, Data de Publicação: D.E. 03/02/2011)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO  
INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA  
MATÉRIA. Inexistindo omissão, contradição ou obscuridade  
na decisão embargada, incabíveis revelam-se os embargos  
declaratórios opostos para fins de rediscussão da matéria.  
(775249 SC 2010.077524-9, Relator: Sônia Maria Schmitz,  
Data de Julgamento: 10/01/2012, Quinta Câmara de Direito  
Civil, Data de Publicação: Embargos de Declaração em  
Apelação Cível n. 2010.077524-9/0001.00, de Videira)

Além disso, o STJ entende da mesma maneira, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE  
DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO  
CONFIGURADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE  
MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 535CPC1. A hipótese de  
cabimento dos Embargos de Declaração por contradição se  
restringe àquela interna da própria decisão, e não aos  
entendimentos divergentes em relação a outro decisum. 2. A  
solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente,



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

342

*não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 3. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 4. Embargos de Declaração rejeitados. 535 CPC. (1351015 DF 2010/0174050-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 17/03/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/04/2011)*

Acrescente-se ainda que, consoante pacífica jurisprudência, o julgador não está obrigado a responder a todas as questões e teses jurídicas levantadas pela parte se, da análise que fez dos autos, encontrou razões suficientes para formar a sua convicção.

Nesse sentido, colhe da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL [...] EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - REJEIÇÃO - ALEGADA AFRONTA AO ART. 535 E 280, 281 E 282 DO CTB - INOCORRÊNCIA [...] RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE, MAS IMPROVIDO. 1. O Tribunal de origem solveu a controvérsia de maneira sólida e fundamentada, apenas não adotando a tese dos recorrentes, razão pela qual fica afastada a afronta ao art. 535 do CPC. [...]". (STJ - REsp 993.554/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJU 30.5.2008)





343

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

---

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL.

MOTIVAÇÃO DO ACÓRDÃO. 1. *É entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo, que por si só, achou suficiente para a composição do litígio.* 2. *Agravo regimental improvido. (Agravo Regimental nº 169.073/SP, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, j. unânime em 04.06.98, DJ 17.08.98).*

Assim sendo, inexistente vício algum no julgado embargado, o qual declinou, de maneira expressa, as razões pelas quais negava provimento ao recurso interposto pela ora Recorrente, de modo que a omissão, obscuridade ou contradição devem existir no próprio texto embargado, e não no cotejo deste com o entendimento da parte irredutível.

Face ao exposto, conheço dos embargos declaratórios, mas nego-lhes acolhimento.

É como voto.

Recife, 25 de Setembro de 2013.

  
Des. Agenor Ferreira de Lima Filho  
Relator